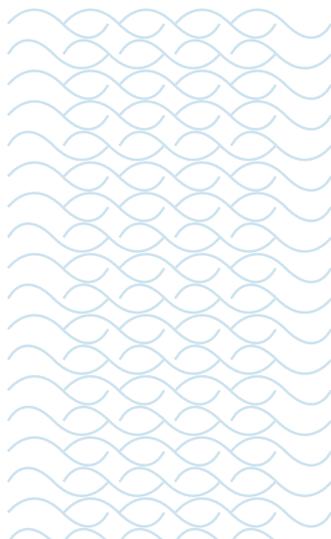
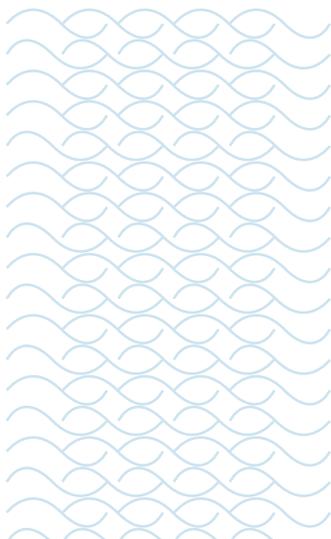




DOSSIÊ



Novos significados para o velho humano

New meanings for the old human

Nuevos significados para el viejo humano

Juremir Machado da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

<juremir@pucrs.br>

Resumo

Este texto discute as possibilidades de ressignificação do humano num contexto comunicacional de desconstituição do humanismo como categoria especial. O que pode ser o humano no mundo atual?

Palavras-chave: Comunicação. Humanismo. Ética. Imaginário.

Abstract

This text discusses the possibilities of reinterpreting the human in a communicational context of deconstructing humanism as a special category. What can be human in today's world?

Keywords: Communication. Humanism. Ethic. Imaginary.

Resumen

Este texto discute las posibilidades de reinterpretar lo humano en un contexto comunicacional de deconstrucción del humanismo como categoría especial. ¿Qué puede ser el ser humano en el mundo actual?

Palabras clave: Comunicación; Humanismo; Ética; Imaginario

1. Humano

Quem é o homem? Eis a questão que desafia o mundo. Quando se diz desafia – termo contundente, da ordem das palavras cortantes –, induz-se a pensar que o mundo para e pensa sobre uma solução. Essa maneira de apresentar a questão peca por ser excessivamente aproximativa. Grande parte da humanidade jamais pensa sobre o humano. Viver é um dado em si para muitos e nem sempre se recorre a um “manual de utilização”. A tarefa de pensar o humano é assumida por alguns representantes da espécie humana. Alguns o fazem como tarefa profissional. Outros, num universo de possíveis jamais definido ou definível, por curiosidade. O que pode ser mais interessante do que saber quem se é e até quando?

Durante muito tempo, na escala flexível do tempo da reflexão, o homem tomou-se por medidas de todas as coisas. Sem se ver como coisa. Essa percepção de si como centro do universo não estava fundamentada num princípio ético. Era simplesmente uma premissa que se amparava em si mesma. Afinal, o homem olhava em torno e não via quem pudesse contra-argumentar. O direito dos outros – dos animais, das coisas, da natureza – só poderia ser defendido pelo próprio homem. De certo modo, sem explicitação, predominava esta ideia: “comunico, logo domino”. Sujeito de um pensamento sem se ver como objeto, para

além da autorreflexão, o humano por demais humano e satisfeito consigo mesmo reinou como um déspota quase esclarecido. Pretendia ver tudo. Não via que sua condição excedia sua possibilidade de dominação.

A longa trajetória do ser humano da animalidade para a humanidade tem muito de epopeia, de mistério, de acaso e de circunstâncias que seria maravilhoso reconstruir com ajuda de algum aparelho ainda não inventado de captação do passado. Na caminhada, que se pode chamar de bem-sucedida, apesar dos percalços, das perdas, dos horrores e do medo de não sobreviver, o ser humano atribui-se muitos significados. A todos, porém, em algum momento, tratou de invalidar. O ser humano constrói, desconstrói, reconstrói e esvazia-se todo tempo. Por que essa necessidade de questionar o que já funcionou? Basta um significado ser aceito para que imediatamente comece a ser atacado.

**O humano, porém,
também é dominado
por impulsos, instintos,
paixões, forças
irracionais e sentimentos
inexplicáveis.**

O que comunica o homem? O que diz o humano que não se ouve no não humano? Pode-se perguntar ao infinito. Não seria absurdo sustentar que existem, grosseiramente falando, dois eixos de abordagem dos fenômenos: o eixo das perguntas e o eixo das respostas. Essas duas vertentes estão obviamente interligadas. A simples enunciação de uma pergunta já dá algumas respostas. O homem já não é o Homem. O estatuto do humano não garante mais qualquer privilégio. A humanidade não pode mais se ver no espelho da natureza como a espécie eleita. Na escala natural, medida no longuíssimo prazo, cabe-lhe o mesmo qui-

nhão destinado às demais. Se o humano pode conceber uma transcendência, não pode impedir as transformações do universo que o afetam e consomem.

O que faz o humano ser diferente? Cabe comentar que o humano se vê como diferente. Essa diferença é de que ordem? Muitas respostas têm sido formuladas. A racionalidade seria uma das marcas mais distintivas da humanidade. O humano, porém, também é dominado por impulsos, instintos, paixões, forças irracionais e sentimentos inexplicáveis. Outra possibilidade de assinalar essa diferença requerida é a comunicação. O ser humano comunica-se de uma forma que nenhuma outra espécie alcança. Comunicar significa muitas coisas: relacionar intersubjetivamente, passar informações, trocar impressões, fornecer sentidos existenciais a outros, transmitir o que cada um sente na sua singularidade, produzir um encontro impossível sem a linguagem.

Se a comunicação dá ao humano uma particularidade, pode também induzi-lo a erro. Talvez a palavra erro seja excessiva neste contexto, melhor dizer ilusão. Qual? A de que pela palavra pode enunciar, ou anunciar, o sentido de tudo. E de si mesmo. Se comunico, digo o que é. Se digo o que é, esclareço, decifro, defino. Em que direção? O humanismo, teorizado por tantos, mais do que fixar o homem numa posição de destaque, assumida com orgulho irrefletido por tantos, espalhou pistas sobre como se constitui ao longo dos séculos. Não se pretende entrar na discussão sobre humano e pós-humano, que parece tocar um ponto de saturação. A

questão que parece mais promissora é esta: como ressignificar o humano? Em outras palavras, como entender o humano sem o endeusar. Eis o ponto.

2. Objetivos do homem

Um longo passo atrás. Aristóteles refletiu sobre a finalidades das coisas. Os gregos antigos não se constrangiam de pensar sobre o imediato, o cotidiano, a felicidade, a amizade, o amor, a finalidade disto ou daquilo. Tudo parecia possível e necessário. Não se sentiam reduzidos à condição de comentadores. Buscavam o diálogo com os saberes acumulados, com os sábios produtivos e com os homens em busca de sabedoria. Citar ajuda a situar a questão que se quer discutir.

Toda arte e toda investigação, assim como toda ação e todo propósito, têm em vista um bem qualquer; por isso foi dito acertadamente que o bem é aquilo a que todas as coisas visam. Mas nota-se entre os fins uma certa diversidade entre as finalidades: algumas são atividades, outras são produtos distintos das atividades de que resultam. Onde há finalidades distintas das ações, os produtos são por natureza melhores do que as atividades. Mas como há muitas atividades, artes e ciências, suas finalidades também são muitas; a finalidade da medicina é a saúde, a da construção naval é a nau, a da estratégia é a vitória e a da economia é a riqueza. Onde, porém, tais artes se subordinam a uma única aptidão – por exemplo, da mesma forma que a produção de rédeas e outras artes relativas a acessórios para montaria se subordinam à estratégia, de maneira idêntica umas artes se subordinam sucessivamente a outras – as finalidades das artes principais devem ter precedência sobre todas as finalidades subordinadas, com efeito, é por causa daquelas que estas são perseguidas. Não haverá diferença alguma no caso de as próprias atividades serem as finalidades das ações ou serem algo distinto delas, como ocorre com as artes e ciências mencionadas (ARISTÓTELES, 1996, p. 118).

Havia certa lógica e até alguma ingenuidade nessas reflexões que nos chegam como matéria quase indiscutível. Onde se lê um “bem qualquer” a prudência atual colocaria, talvez, “um efeito qualquer”. Resta, para o que se trata aqui, a questão das finalidades das “atividades, artes e ciências”. Qual é a finalidade da comunicação? Dois níveis se destacam: a comunicação como atividade cotidiana de linguagem; e a comunicação como “ciência” que se debruça sobre as atividades de linguagem, interação e trocas entre sujeitos comunicantes. Uma investigação *ab ovo* não hesitaria em perguntar: o que é a comunicação? Um conjunto de ruídos e sinais passíveis de decodificação por seus usuários? Um programa ético de aproximação entre humanos, entendendo por programa ético justamente uma atividade com vistas a um “bem qualquer”? Uma “finalidade subordinada” a algo maior, essencial, necessário. O quê? A humanidade do humano?

Nos tempos das ilusões cultivadas como verdades era possível buscar o esclarecimento na sabedoria do passado. A citação de um mestre valia como uma legitimação pela autoridade. As palavras falam, mas não dizem tudo. Ou dependem da capacidade de escuta do ouvinte. O que a comunicação diz? O que ela prega? O que dela se pode esperar? Num texto

saboroso pela ironia, Umberto Eco (1984, p. 91) destaca a estratégia do “intelectual” da Idade Média para se legitimar pela autoridade sem se expor ao “pecado” da originalidade e da autoria:

O estudioso medieval finge sempre não ter inventado nada e cita continuamente uma autoridade precedente. Serão os padres da Igreja oriental, será Agostinho, serão Aristóteles ou as Sagradas Escrituras ou estudiosos de apenas um século antes, mas nunca nada de novo deve ser sustentado a não ser fazendo com que apareça como que já dito por outrem que nos precedeu [...]. Desse modo o discurso cultural medieval parece, de fora, um enorme monólogo sem variações, porque todos se preocupam em usar a mesma lin-

guagem, as mesmas citações, os mesmos argumentos, o mesmo léxico, e parece ao ouvinte que está fora que se está dizendo sempre a mesma coisa, exatamente como acontece a quem chega a uma assembleia estudantil, lê a imprensa dos grupinhos extraparlamentares ou os escritos da revolução cultural.

A tese que se avança aqui é esta: o homem atual se define pela comunicação, não pela ética, pelo bem ou pelo verdadeiro, seja qual for a definição que se possa dar a cada um desses termos essenciais.

Ou a produção acadêmica atual. Cada época com seus procedimentos, métricas e crenças. Aristóteles continua a ser uma boa referência. Só não pode, sob certo ângulo, definir o homem de amanhã. A tese que se avança aqui é esta: o homem atual se define pela comunicação, não pela ética, pelo bem ou pelo verdadeiro, seja qual for a definição que se possa dar a cada um desses termos essenciais. Fazer tal afirmação não

significa sustentar que o homem atual seja antiético nem que a comunicação por definição escape de um programa ético de grande amplitude. Só existe o plural quando se trata do humano. Pode-se tentar mostrar ao todo o que pode ganhar na aceitação de um plano geral, mas não se consegue resumir esse todo ao uno.

Não seria impertinente sugerir que a história do humano não deixa de ser a enfadonha repetição de uma tentativa fadada ao fracasso: fazer caber o todo no uno. Mais uma vez, bem entendido, é fundamental refrear os arroubos: o plural não implica a inexistência de aspectos recorrentes do todo no singular. Os elementos em comum fazem a espécie. As singularidades fazem o indivíduo. O todo e a parte convivem numa dialógica sem descontinuidade. Há épocas em que o todo se impõe como algo monolítico. Em outras épocas, a parte surge como o próprio todo. Essa oscilação cristaliza diferentes ciclos sociais.

3. Sobre o humanismo

O que se espera do ser humano? Que lugar lhe reservar no mundo? Não é despropositado abordar duas possibilidades: o humano como ser sagrado, único, singular e insubsti-

tuível; ou o ser como exemplar da espécie humana, assim como um frango é um exemplar da sua espécie. Na primeira hipótese, o humano tem aura; na segunda, é uma réplica como um vírus e, mesmo com variantes, insere-se em algo maior que o torna sem diferença substancial. Perde-se um exemplar, surge outro. Em tempo de pandemia do coronavírus, essa tragédia que passou a assolar a humanidade desde o final de 2019, a lógica do exemplar abriga-se no discurso negacionista sob a forma de “imunidade de rebanho”: expor-se ao vírus, deixar a natureza fazer o seu trabalho. Depois de algum tempo, com perdas maiores ou menores de exemplares, os sobreviventes estariam imunes. O vírus, não tendo mais hospedeiro, desapareceria.

Qual seria o custo dessa estratégia? A economia continuaria mal ou bem funcionando, não seria necessário investir em vacinas e bastaria esperar para ver as coisas voltarem à normalidade. Ao final, ter-se-ia o balanço dos exemplares perdidos, substituíveis a médio prazo por novos exemplares com alguma campanha em favor do aumento da taxa de natalidade. Isso se não se houvesse a tentação de aceitar certa diminuição da população mundial como um benefício, a exemplo do que faziam as guerras mundiais. O raciocínio é cínico, cruel e inaceitável. Ele esbarra justamente na concepção do humano como singular. Neste sentido, toda vida perdida é algo irreparável.

Jean-Paul Sartre, em palestra feita em 1945, defendeu-se:

Muitos poderão estranhar que falemos aqui de humanismo. Tentaremos explicitar em que sentido o entendemos. De qualquer modo, o que podemos afirmar desde já é que concebemos o existencialismo como uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana. A crítica básica que nos fazem é, como se sabe, de enfatizarmos o lado negativo da vida humana. (2014, p. 3).

Mesmo que o humanismo, como antropocentrismo ou especismo, seja condenável, o humano continua a ser especial para si na medida em que é ele o elemento pensante a fazer a avaliação do seu lugar no mundo. Pode um homem ver a humanidade como um conjunto de exemplares intercambiáveis sem se autodesqualificar? O humanismo, como singularidade do homem, é uma comunicação, uma mensagem: o homem não pode ser exemplar de espécie. Ele só faz sentido como singularidade. Claro que se pode fazer essa discussão com apoio de incontáveis textos e autores que se debruçaram sobre tão importante tema. A ideia é restringir ao mínimo o aporte consolidado para que reste a análise em movimento. O leitor, mesmo especializado, acadêmico, precisa participar da construção do sentido. Não pode receber tudo pronto, ainda que essa seja uma ilusão de completude. O sentido é sempre construção coletiva, embora possa ser claramente sugerido por alguém.

Martin Heidegger, em 1946, abordou o cerne da questão:

Se, no entanto, por humanismo em sentido geral, se entende o esforço tendente a tornar o homem livre para a sua humanidade e a levá-lo a encontrar nessa liberdade sua dignida-

de, então o humanismo se diferenciara segundo a concepção de ‘liberdade’ e de ‘natureza’ do homem. Do mesmo modo, serão diferentes as vias de sua realização. O humanismo de Marx não necessita de uma volta à Antiguidade nem tampouco o humanismo, concebido, por Sartre, como existencialismo. Nesse sentido amplo, também o Cristianismo é um humanismo de vez que, na doutrina cristã, tudo se dirige à salvação (*sahis aeterna*) do homem, e a história da humanidade aparece dentro da história da salvação. (1995, p. 36).

O humanismo aqui não é, antes de tudo, o que torna o homem mais livre. A liberdade do homem é certamente restrita, mas existente. Pensar o contrário, por qualquer caminho

A casa do ser humano, o planeta Terra, é ameaçada pelo seu ocupante mais operativo em termos de ações diversas e complexas sobre o meio ambiente.

ou perspectiva filosófica ou ideológica, leva a um determinismo mais ou menos explícito, rasteiro ou sofisticado. Podemos, por exemplo, escolher nossa percepção do humano? É possível passar de uma leitura a outra, da hipótese da singularidade à hipótese do exemplar de espécie? Por que não seria? Este é o trabalho da comunicação, no sentido amplo do termo: levar ao sujeito a mensagem que coloca o pensamento consolidado em dúvida, que provoca a crise, abala o fundamento e permite a mudança de posição. As “ciências humanas”, na concepção aqui sustentada, não são disciplinas de demonstração e prova cabal, mas instrumentos de convencimento e consequência.

Na medida em que convencem alguém de algo a consequência é que essa pessoa poderá ou deverá viver conforme o que aceitou, não por imposição ou obrigação disciplinar, mas por conversão. O que leva dois membros de uma mesma família, criados da mesma forma, educados na mesma escola, dois gêmeos, para forçar a comparação, a serem convencidos por concepções opostas? A verdade? Não sabemos.

O importante é que aquilo que convence gera consequências. Se vemos o humanismo como primazia do homem sobre todas as coisas, inclusive sobre a natureza, aderimos a um programa de dominação fadado ao fracasso. Na longa duração, a natureza vence. Se vemos o homem como mero exemplar de uma espécie, descartável e substituível, ficamos destituídos de singularidade e de sentido. O exemplar não comunica, transmite; não cria, reproduz; não traz ineditismo, perpetua, salvo em conformidade com as mutações que a espécie sofre como um todo. A mutação, em todo caso, que afeta a espécie, começa num exemplar? Sendo assim, o exemplar singulariza-se e contradiz sua exemplaridade.

A singularidade liberta e dignifica. O paradoxo do humano consiste em que é singular e não singular ao mesmo tempo. Pela singularidade, humaniza-se; pela não singularidade, insere-se no seu conjunto, na sua família, numa comunhão natural com os outros. Se por ética pode-se entender o programa regular comum que respeita o uno no todo e o todo no uno, ser exemplar de espécie não é ético. A mensagem é unidirecional: da espécie para o indivíduo numa recepção passiva. A relação ética só pode ser comunicativa. Ela pressupõe

entendimento, reflexão, assimilação, dialógica e inclusive retroação e revisão. Se o humanismo deve captar o lado positivo da vida, a ser garantido por uma legitimação ética, esse mesmo humanismo necessita valorizar a liberdade dignificante do homem. Toda liberdade dignifica? Não. A liberdade de subjugar as demais espécies já se mostrou indigna e, na longa duração, problemática, para dizer o mínimo. O homem, que se colocou no pedestal da modernidade racional, consciente e dominadora, vem sendo apeado do seu trono secular pelas reações da natureza e por sua consciência do abuso.

4. Homem ressignificado

Se o homem morre como exemplar de espécie ou como ser singular, a humanidade ainda segue o seu caminho. Até quando? A casa do ser humano, o planeta Terra, é ameaçada pelo seu ocupante mais operativo em termos de ações diversas e complexas sobre o meio ambiente. Ninguém constrói e destrói tanto quanto o ser humano. Cada época precisa, no entanto, redefinir os seus objetivos e possibilidades. Depois da apoteose do individualismo moderno, o sociólogo francês Michel Maffesoli (1997, p. 90) reflete sobre um gregarismo de novo tipo:

Então, convém inverter o adágio bem conhecido, o poder não vem mais de Deus, mas do divino social: *omnis potestas a populo*. Durkheim, Mauss e depois deles a chamada Escola sociológica francesa mostraram a importância do sacrifício na compreensão do todo social. Mais precisamente, que o sacrifício é causa e efeito dos grandes tremores sociais. Ele remobiliza a energia coletiva e com isso recria um novo *ethos*. Trata-se de uma pista conhecida ainda que pouco explorada. No caso, deveria ajudar-nos a compreender que tendo tomado consciência da saturação do político, a *socialidade* deve decretar outra ética pública e por isso, mesmo que seja de maneira inconsciente, o político é literalmente assassinado, sacrificado.

No lugar – ou em paralelo – do fenômeno político tradicional, que respira por aparelhos, com sucessivas denúncias de crise da democracia representativa e de avanços de novos modos de autoritarismo, “a energia coletiva, a força *imaginal* do estar-junto busca uma via, fora de todos os caminhos balizados pelo racionalismo da modernidade, sempre mantendo a exigência ética básica de toda sociedade, aprender a viver, saindo de si, com o outro” (MAFFESOLI, 1997, p. 90). O individualismo egoísta racha. Por um lado, sobrevive. Por outro lado, dilui-se em novas formas de convivência: um coletivismo sem planejamento centralizado, difuso, “tribal”, baseado mais em identificações transitórias do que em identidades permanentes. Há gosto pelo compartilhamento no ar do tempo, o que é perceptível em todas essas modalidades que levam o prefixo “co” graças à informática, à internet, aos telefones celulares e demais dispositivos de aproximação, associação e coprodução. O que isso ressignifica?

Há algo de muito novo cimentando as relações entre as pessoas. Para bem ou para mal? Adensamento das relações ou precarização dos vínculos formais do trabalho? O que esse novo comunica? Que mensagem passa? Que informação tem a dar sobre o ser humano na

terceira década do século XXI? Maffesoli aposta numa vinculação tátil, expressão das emoções mais do que da razão, cultura do sentimento em oposição a um racionalismo esterilizante que perdeu por, ao menos, dois séculos. O homem ressignificado destacaria um ser humano menos arrogante, mais modesto, menos triunfalista, mais terreno, mas não menos espiritual. Um homem que caiu do alto das suas utopias grandiosas e, apesar da sua imensa ciência como patrimônio da humanidade, aprende a valorizar o seu cotidiano, pois cada indivíduo, na sua singularidade, não está necessariamente reservado a voos interespaçiais ou epopeias.

—

**Se já escolheu se ver
como o centro, pode
escolher a aceitação de
uma posição periférica.**

—

5. Comunicação para a convivência

O que está ao alcance das mãos e das mentes: viver em comunhão com outros sem obrigações definitivas, salvo a de não ser predador e de não colocar o “eu” acima de tudo e de todos; aproveitar a energia da convivência no que esta tem de singular: a sua simplicidade. A convivência é uma forma de comunicação que se retroalimenta. Essa troca comunicativa pode se dar até mesmo no silêncio. O “estar-junto” de que

fala Michel Maffesoli recorre à comunicação verbal e não verbal, ao presencial e ao virtual, ao contato como elemento de religação (uma ligação orgânica e renovável a cada interação).

Como um *Leitmotiv*, retomarei aqui o “*delenda Cartago est*” que, de maneira quase obsessiva, tentei explicar em meus livros anteriores: se queremos compreender a nossa época, definir os contornos da *socialidade* (re)nascente, é preciso admitir que o indivíduo e o individualismo, teórico ou metodológico, base de sua racionalização, não fazem mais sentido. Já mostrei a fragilidade da identidade e, ao contrário, a multiplicação das identificações sucessivas que uma mesma pessoa (*persona*) podia ter. Não é inútil desenvolver as razões antropológicas, religiosas, políticas, estéticas que permitiram, em culturas e momentos bastante diversos, a manifestação de entidades alternativas ao indivíduo. Pode ser a massa, a comunidade, a tribo ou o clã, pouco importa o termo empregado, pois a realidade designada é intangível; trata-se de um estar-junto grupal que privilegia o todo em relação aos seus diversos componentes. Signos precursores, como a cultura dos sentimentos, a importância do *afetual* ou do emocional, aparecem enquanto elementos que tornam essa *grupalidade* especialmente pertinente. Outros, a exemplo da prevalência do objeto ou da imagem, fazem dessa hipótese algo bastante prospectivo (MAFFESOLI, 1997, p. 195).

É possível uma cultura da comunhão no mundo atual? A resposta, por óbvio, depende de aspectos múltiplos e complexos. O que se entende por comunhão? Para Maffesoli, a comunhão é esse retorno da “socialidade”, esse encontro efêmero de pessoas em busca de vibrações compartilhadas. Nessa “comunhão pós-moderna”, por assim dizer, sobressai esse desejo de afeto, de emoção, de sintonia e de pertencimento. A ideia de pertencer a alguma coisa, que ocupa o tempo e dá sentido à existência, permeia essa visão de um mundo

carente de significado e estranho a uma finalidade essencialista. A ideia de fim atravessou várias épocas: fim como finalidade; fim como esgotamento; fim como utilidade; fim como horizonte: fim como utopia. A ideologia do fim e da finalidade alimentava-se de uma emoção negada, dissimulada ou asfíxiada. O fim deveria obedecer a uma racionalidade prevista, previsível ou passível de dedução lógica. O fim chegou ao fim.

A passagem de uma identificação a outra já foi vista como problema: volatilidade, inconstância, desapego, falta de compromisso, volubilidade, lógica do modismo, cultura do narcisismo, do egocentrismo e do hedonismo. Só na identidade haveria constância, regularidade e confiabilidade. A identificação não seria ética? A resposta mais precisa talvez seja esta: o foco deve ser outro. A identificação provoca um sentido imediato, ainda que de curta ou média duração, humanizando o ser na sua busca por uma razão momentânea. O desejo de uma razão definitiva não existe mais? Existe. Ele se expressa de várias formas: na religião, na entrega a uma profissão, na política como missão, em tudo aquilo que pacifica, ocupa ou, paradoxalmente, obceca. Se não há sentido, cabe ao homem inventá-lo.

O homem move-se num cotidiano aparentemente sólido. Uma camada de irreabilidade recobre essa solidez rotineira. A significação passa por uma fabulação involuntária. Quando todas as ilusões tombam, o que felizmente não acontece para todos, resta a alegria da convivência, essa forma de comunhão do dia a dia. Fora disso, impera a depressão. Uma ressignificação do humano, sem a cobertura da ideia do humano como umbigo do universo, pode passar por esta tríade: comunicação – comunhão – cotidiano. Se a realidade, como diz Maffesoli, é intangível, da convivência em grupo emana uma sensação de ancoragem. Se a finalidade da medicina, conforme Aristóteles, é a saúde, a finalidade da convivência é suprir a falta de finalidade. Se por humanismo, como queria Martin Heidegger, “se entende o esforço tendente a tornar o homem livre para a sua humanidade”, a ressignificação do humano numa perspectiva modesta deve basear-se no esforço de torná-lo livre da obrigação de alcançar um fim redentor.

Algo o homem escolhe. Se já escolheu se ver como o centro, pode escolher a aceitação de uma posição periférica. Ou esse é o resultado impositivo de uma faculdade humana: a racionalidade com sua lógica? O fato de que o ser humano não pode ignorar o lugar da emoção na sua vida não leva a eliminar a existência da razão. O homem racional constata o quanto tem de irracional. A racionalidade sofre um curto-circuito quando o homem tenta ser puramente racional, descambando para o efeito perverso do racionalismo. O oposto também é problemático: o sacrifício da razão ao culto da emoção e dos sentidos. O ser humano ressignificado terá de dosar razão e emoção, comunhão e singularidade.

Jean-Paul Sartre (2104), p. 21) via o homem como “uma escolha a ser feita” e afirmava que “não existe natureza humana superior ao homem, mas uma existência específica lhe é dada em determinado momento”. O homem, porém, não é autônomo. Está vinculado ao seu meio e ao seu processo histórico. Os sentidos que adota talvez o adotem. Não há um laboratório de sentidos à disposição. Nem um voluntarismo transformador ao alcance da mão. Ser o que se é tem mais de resultado do que de projeto, embora possa ser também resultado de uma projeção.

Quando você procura interpretar, você diz: é porque estamos nos referindo a determinada situação. Porém, nós nos referimos às analogias ou às diferenças existentes entre a vida social daquela época e a nossa. Se, ao contrário, tentássemos analisar essa analogia em função de um tipo abstrato, não chegaríamos nunca a nada. Assim, suponha que, daqui a dois mil anos, o homem não disponha, para analisar a situação atual, senão de teses sobre a condição humana em geral; como faria para analisar retrospectivamente? Não conseguiria (SARTRE, 2014, p. 26).

**A comunicação,
que caracteriza o
humano como troca
argumentativa,
persuasiva, sedutora
e retórica, possibilita
discutir horizontes.**

A situação referida agora é a atual, como se dois mil anos tivessem passado e todas as teses sobre a “condição humana em geral” caducado. As velhas analogias já não rendem. As novas comparações ainda não dão resultados promissores. O abstrato cumpriu o seu tempo. O concreto não se universaliza. As análises retrospectivas mostram um misto de arrogância, ingenuidade e ilusão. O homem não era tudo o que ele disse de si mesmo. A representação que fazia de si era exagerada. Um caso típico de autoestima elevada demais. Não se deve, porém, jogar fora o homem com a água da banheira. Ele não é o centro do universo, mas é relevante no seu “pequeno” mundo. Até que a ciência prove o contrário, só o homem

pensa. Só ele pensa a sua condição no mundo. Talvez só ele lamente ter de partir um dia, salvo os suicidas, que certamente não morrem felizes. Ou dificilmente. Sempre há exceções. A “escolha a ser feita” é limitada pelos contornos sociais. Não se pode tudo, contra tudo e contra todos. Escolhe-se num cardápio suscetível de pequenas alterações. Ressignificar o homem passa por recombinar possíveis.

Se Jean-Paul Sartre tinha razão – “não existe natureza humana superior ao homem, mas uma existência específica lhe é dada em determinado momento” (SARTRE, 2014, p. 21) –, a questão continua a ser esta: como alterar essa existência específica recebida? A comunicação, que caracteriza o humano como troca argumentativa, persuasiva, sedutora e retórica, possibilita discutir horizontes. O humano não muda sozinho. Mesmo aquele que se isola, por mais que lhe repugne o contato social, deixa rastros. O homem está condenado ao outro. Essa fórmula tem o defeito de ser negativa. E a qualidade de ser provocativa. Mais do que social, o homem é um ser comunicacional. O homem solitário fala com árvores, com as paredes, com seus fantasmas, com sombras na correnteza. O senso comum indica essa tendência para o contato. O isolamento é ponto fora da curva. Se o homem abstrato queria abraçar o universo, sentindo-se abstratamente universal, o homem concreto abraça o seu próximo. Ou o odeia, que é outra maneira de manter o contato como base existencial.

A resignificação do humano, de modo a resguardar a singularidade que humaniza o ser e lhe dá sentido, é um programa de comunicação para a paz, para a tolerância, para a compreensão, para o entendimento e para a convivência. Contra o ódio. Uma rede colaborativa

e interativa voltada para a utopia possível: o viver com. Esse viver com o outro implica aceitar sua diferença irreduzível, reconhecer sua singularidade, sendo, em reciprocidade, aceito e reconhecido na sua especificidade. É possível que se veja nessa proposta alguma candura. Viver com o outro pode ser infernal. Fazer dessa relação uma fruição possível continua a ser o grande desafio humano. Abdicar dessa possibilidade seria matar o homem de vez. O homem morre com indivíduo. Perpetua-se no outro. Uma outra convivência é possível e desejável. Ela dará significados ao longo século XXI.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- HEIDEGGER, Martin. **Carta Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Data do recebimento: 02/04/2021

Data do aceite: 15/04/2021

Dados do autor:

Juremir Machado da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2393503669129057>

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS; pesquisador 1B do CNPQ.